

Regra nova do Auxílio Brasil distorce programas sociais

Programa social Desenho favorece 'divisão artificial' dos núcleos familiares

Família de uma pessoa prolifera no cadastro do Auxílio Brasil

O desenho do Auxílio Brasil, que estabeleceu um piso de paga-mento sem considerar a composição das famílias, a comunicação confusa do governo federal a cada mudança no benefício e as difi-culdades de acesso (digital ou presencial) a servicos da assistên cia social têm levado a uma divisão artificial dos domicílios brasi-leiros no Cadastro Único (CadÚ-nico). O resultado é uma explosão no registro de familias uniper-soais descolada da evolução de-mográfica nacional, filas para re-ceber o auxílio e a desorganização da mais importante base de da-dos para políticas sociais do país. Com a criação do Auxílio Brasil de R\$ 400 e a ampliação dos elegi-veis a partir do fim do ano passado, o número absoluto de beneficiá-rios cresceu para todos os tipos de configurações familiares e um no-vastlo foi percebido entre julho e vo salto foi percebido entre julho e são artificial dos domicílios bras

vo salto foi percebido entre julho e agosto deste ano, provavelmente, refletindo o aum to temporário do benefício para R\$ 600.

Em relação ao total dos cadas-trados no Auxílio Brasil, no entantrados no Auxilio Brasil, no entan-to, apenas familias com um inte-grante ou no máximo dois regis-traram crescimento entre o fim de 2021 e os dados mais recentes de 2022. De novembro do ano passa-do a stembro deste ano, familias unipessoais passaram de 15,2% do total de beneficiadas para 25,8% 30.31 milhões, segundo dados do Ministério da Cidadania analisados pela socióloga Leticia Bartholo, especialista em políticas públicas e gestago governamental e públicas e gestão governamental e ex-secretária nacional adjunta de Renda de Cidadania (2012-2016).

"Trata-se de um aumento do número de famílias unipessoais número de familias unipessoais de mais de 1008, sem nada em dados demográficos, seja na taxa de fecundidade, seja na dem cortalidade, que explique esas expansiao numa velocidade tioa lata", diz Juliana Damasceno, economista da Tendências Consultoria.

Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilios Contínua (Pnad Contínua) do IBGE de 2021, a proporção de pessoas que moravam sozinhas com retian per apria de a eté meio salário mínimo era de 7,7%, observa Bartolo. "Disso jás ev éo desnivel."

tholo. "Disso já se vê o desnível."

Famílias com duas pessoas que recebiam o Auxílio Brasil passaım de 24,3% do total em ı bro de 2021 para 26,3% em se-tembro deste ano. Em sentido contrário, perderam participa-



isabilidade é do governo e de política mal desenhada

ção famílias com três integrantes

ção famílias com três integrantes (28% para 24,4%) e com quatro ou mais (32,5% para 23,5%). As especialistas apontam que próprio modelo do programa estimulou a divisão artificial das famílias ao estipulau rum piso de pagamento do beneficio independentemente da composição famíliar. "Definir que uma família de cinco filhos recebe o mesmo que uma com um filho só é completamente fora da realidade, uma distorção da focalização. A população entende que cada família vai receber \$400 ou R\$ 600 mensais e se sergrega artificialmente para acumugrega artificialmente para acumu-lar benefícios", diz Damasceno.

A divisão das famílias, diz Bartholo, pode ser uma estratégia de pessoas em situação de pobreza para majorar sua renda, mas pode ser também fruto da comunicação confusa do governo. "Em dois anos passamos por diversas transfor-mações na transferência de renda". mações na transferência de renda", lembra. "Ainda que a gente considere que famílias estão adotando esse comportamento estratégico, a responsabilidade primeira é do governo federal e do mau desenho da política, e não das famílias." O número total de famílias be-neficiadas pelo Auxílio Brasil sal-tou de 14,5 milhões em novem-bro de 2021 para 20,7 milhões em setembro deste ano. No CadÚnico, o número de pessoas cadastradas chegou a 89,31 milhões em setembro de 2022, aumento de 15,3% em rela-

2022, aumento de 15,3% em relação a outubro de 2021. O número de famílias também cresceu, mas a ritmo maior, reforçando a percepção de que os grupos familiares estão agregando menos gen-te. As famílias somaram 38,09 milhões em setembro, alta de 28% em relação a outubro de 2021.

em relação a outubro de 2021. Segundo Elias Oliveira, secretá-rio de assistência social de foz do Iguaçu (PR) e presidente do Conse-lho Nacional de Gestores Munici-pais de Assistência Social (Conge-mas), existiam aproximadamente 29 mil famílias inscritas no Cadas-tro Único da cidade. Dessas, cera de 7 mil recebiam Bolas Família. Hoje, diz, são 47 mil famílias no ca-dastro. O número de atendidos no Auxílio Brasil aumentou em ritmo maior, para 18 mil famílias. O total oas inscritas no cadastro foi

de 80 mil para 127 mil no período. O CadÚnico não serve apenas para o pagamento do Auxílio Brasil, mas é base também para seleção e acompanhamento seleção e acompanhamento de uma série de programas sociais, aponta Bartholo. A deturpação das informações que ele agrega gera impactos na definição de programas com melhora da qualidade dos gastos e na possibilidade de verificar o nivel de assistência social realmente prestada às famílias, diz Damasceno.

"Estados que têm seus próprios programas de transferência e usam o CadŪnico para isso

foram profundamente prejudicados por esse desenho equivo-cado de política pública em nível

federal", afirma Bartholo. Na sua avaliação, a prioridade do próximo governo deve ser esta-belecer um desenho de programa que pague valores considerando a composição familiar. Para isso ser feito, diz, é preciso revitalizar o Ca-dúnico. "Vai precisar atualizar mi-lhões de cadastros em uma articu-lação profunda com Estados em unicípios, organizando e comuni-cando adequadamente as famí-lias", afirma. "Talvez tenhamos de pensar em alcum tipo de estímulo pensar em algum tipo de estímulo para que esses adultos busquem corrigir seus cadastros. Não precisa fazer parte do programa de transferência de renda e, inclusive,

ransferência de renda e, inclusive, pode ser temporário*, acrescenta. A digitalização do acesso a polí-ticas públicas, que avançou na pandemia, é um ponto importan-te, mas foi feita de maneira inade-quada, segundo Bartholo. "Se uma pessoa pobre, com dificuldade de acesso a um Cras [Centro de Refe-rencia da Assistência Social], só precisa dizer que seu endereço mudou, poderia fazer isso de for-ma digital. Mas o que eles fizeram of cirar um pre-cadastro que mui-tas famílias não sabem preencher. Virou uma fila virtual", diz. Segundo Oliveira, antes da pan-

Segundo Oliveira, antes da pandemia, era possível às prefeituras entrar na base do CadÚnico local e verificar quase em tempo real os dados de cadastro, o que permitia averiguação e atualização rápidas.

averiguação e atualização rápidas.
"Eu conseguia fazer análise em um
ud obis dias." Hoje, o acesso ao sis-tema, conta, é mais demorado,
porque depende da liberação pe-riódica do governo federal.
Para melhorar o acesso digital
das familias ao CadOnico, o for-mulário precisa ser compreensivel ao usuário, diz Bartholo. "Não
basta digitalizar um cadastro
presencial, muitas pessoas não
entendem os termos técnicos."
Além disso, o atendimento presencial precisa ser adequado para sencial precisa ser adequado para auxiliar os mais vulneráveis

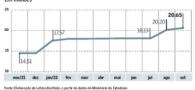
Mantidos pelos municípios, os Cras são a porta de entrada para a população que busca assistência. "Muitas pessoas que nem sabiam

"Muitas pessoas que nem sabiam o que era um Cras passaram a ser atendidos. Pessoas que antes da pandemia ganhavam três salários mínimos e hoje vêm ao Cras para pedir uma cesta para poder completar o mês", conta Oliveira. Ele aponta, porém, para um desfinanciamento do governo federal para a área de assistência social atendida por Estados e municípios vía Sistema Único de Assistência social stendida por Estados e municípios vía Sistema Único de Assistência ocial como com coparticipação de cera de RS à Bilhões para ações, programas e serviços do Suas. O orçamento para essas ações em 2022 foi de RS 1,1 bilhão e deve ser redufoi de R\$ 1,1 bilhão e deve ser reduzido em 95% para 2023, segundo a previsão orçamentária enviada peprevisão orçamentária envia lo governo federal à Câmara.

is explode no Auxílio Brasil



o deste ano, ante 15,2% em novembro de 2021



Contexto

Criado em outubro de 2003, no primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o Programa Bolsa Família (PBF) surgiu da unificação de outros quatros programas federais (Bolsa Escola Nacional, Bolsa Alimentação Auxilio Gás e Cartão Alimentação), implementados entre 2001 e 2003, na gestão de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). A coexistência desse programas, vinculados a ministérios diferentes, gerava uma série de complexidades e problemas de elegibilidade. O PBF promoveu a unificação administrativa dessas inicidavas consolidou o Cadastro Único, que exista desde 2001, com a principal forte de informações sobre a população. Auxílio Gás e Cartão Alimentação) fonte de informações sobre a população

Já o Auxílio Brasil (AB) foi instituído por lei sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) em dezembro de 2021. Ele foi criado para ocupar o vazio deixado pelos auxílios emergenciais da andemia, que vigoraram de abril de 2020 a outubro de 2021.

2020 a outubro de 2021.
O público-alvo do PBF eram familias em situação de extrema pobreza (renda familiar mensal de até RS 89 por pessoal e pobreza fereda per capita entre RS 89 e RS 178 por més.) O Auxilio Brasil incluir más familias no programa ao elevar os limites de actrema pobreza para RS 105 e da pobreza para RS 210. Oem isso o número de familias atendidas passou de 147 milhões no PBF para más de 20 milhões no AB até setembro deste ano. Para familias em emetrema pobreza, a

Para famílias em extrema pobreza, o PBF pagava um benefício básico de R\$ 89 mensais por família, além do Benefício para a Superação da Extrema

nenhuma pessoa ficasse abaixo da linha da extrema pobreza. Tanto para essas famílias quanto para as na pobreza, era pago um benefício variável de R\$ 41 para gestantes, nutrizes e/ou crianças entre O e 15 anos (R\$ 48 entre 16 e 17 anos)

O AB manteve o Benefic O AB manteve o Beneficio para a Superação da Extrema Pobreza, mas extinguiu o beneficio ússico de RS 59. No lugar, foram criados outros pagamentos para familias em extrema pobreza e pobreza como o Beneficio Primeira Infância (RS 130 As familias com crianças de até 36 meses) e o Beneficio Composição Familiar, de RS 63 às familias com o estantes, nutrizes 65 às famílias com gestantes, nutrizes e/ou jovens entre 3 e 21 anos.

pago por familia passou de R\$ 190 no PBF para R\$ 409 no AB — após Bolsonaro sancionar um projeto de lei en maio deste ano que tornou permanente o piso de R\$ 400 independentemente da configuração familiar — e, mais recentemente. R\$ 607, com o acréscim temporário de R\$ 200 até o fim de 2022

temporário de RS 200 até o film de 2022. Condicionalidades importantes do PBF para o pagamento dos beneficios variáveis, como o camprimento de pré-natal para gestantes, estar em dia com a carteira de vacinação das crianças e a frequência escolar mínima para crianças e adolescentes, foram mantidas, mas houve retrocessos no acompanhamento dessas exigências, segundo Leticia Barthola, especialista em políticas públicas. em políticas públicas.

Mesmo que ultrapassassem a renda náxima exigida para elegibilidade ao PBF, as famílias poderiam receber a transferência por mais dois anos, desde que sua renda não superasse meio salário mínimo per capita. A tolerância é a mesma no AB, desde que a renda seia de 2.5 vezes a linha de pobreza

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil Caderno: A Pagina: 4